



J.O. BIOENERGIA S.A.

***Demonstrações Financeiras Individuais encerradas em 31
de março de 2026 e relatório do auditor independente***

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço Patrimonial	6
Demonstração do Resultado do Exercício	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Mutação do Patrimônio Líquido	9
Demonstração do Fluxo de Caixa – Método Indireto	10
Demonstração do Valor Adicionado	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

 Factual auditor independentes	Factual Auditores Independentes S.S. Rua José Bianchi, nº 555, 22º Andar, Edifício New Office, Nova Ribeirânia, CEP 14096-730 -Ribeirão Preto, SP	Tel. 55 16 3916.4528 Fax. 55 16 3916.4498
---	---	--

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos administradores e acionistas da
J.O. Bioenergia S.A.
Araras – SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JO Bioenergia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, do valor adicionado e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JO Bioenergia S.A. em 31 de março de 2026, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, SP, 08 de julho de 2026.

Factual Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP025370-2
CVM N° 12.572

Ronaldo Tomazella Monteiro
Contador CRC 1SP136411/O-0

J.O. Bioenergia S.A.
Balanço Patrimonial em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	31/03/2026	31/03/2025		Nota	31/03/2026	31/03/2025
Ativos				Passivos			
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	74	1	Fornecedores	12	7.646	418
Aplicações Financeiras	5	47.348	39.075	Salários e Férias a Pagar	13	81	104
Contas a Receber	6	6.294	477	Impostos e Contribuições a Recolher	14	653	511
Estoques	7	83	43	Dividendos e Juros a Pagar	15	2.544	2.196
Pagamentos Antecipados	8	8	75	Total do passivo circulante		10.925	3.230
Impostos a Recuperar	9	1	52				
Total do ativo circulante		53.807	39.723	Patrimônio líquido			
Ativo não circulante				Capital social	16	57.400	57.400
Imobilizado	10	27.368	28.392	Reservas Legal	16	1.427	891
				Reservas de lucros	16	11.423	6.594
Total do ativo não circulante		27.368	28.392	Total do patrimônio líquido		70.250	64.885
Total dos ativos		81.175	68.115	Total dos passivos e Patrimônio líquido		81.175	68.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Resultados dos Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	31/03/2026	31/03/2025
Receita Bruta de Vendas			
Vendas Mercado Interno	18	23.220	22.491
	18	23.220	22.491
Deduções das Vendas			
Impostos sobre Vendas	18	(2.971)	(2.927)
Receita Líquida de Vendas		20.248	19.564
Custos dos Produtos Vendidos	18	(12.318)	(11.961)
Lucro Bruto	18	7.931	7.603
Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas e Gerais	19	(285)	(220)
Despesas de Vendas	19	-	(23)
Lucro Antes da Receitas/(despesas) Financeiras			
Líquidas, Equiv. Patrimonial e Tributos		7.646	7.359
Receitas financeiras	20	5.707	3.877
Despesas financeiras	20	(8)	(3)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	20	5.699	3.874
Lucro Operacional Após o Resultado Financeiro		13.345	11.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	21	(2.631)	(1.987)
Lucro Líquido	16	10.713	9.246
Lucro em R\$ por Ação	16	3,57	3,08
Quantidade de Ações ao Final do Exercício	16	3.000.000	3.000.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A,
Demonstração dos Resultados Abrangentes findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Lucro Líquido do Exercício	16	10.713	9.246
Outros Resultados Abrangentes (ORA)			
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social		-	-
Resultado abrangente total	16	<u>10.713</u>	<u>9.246</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

Movimentação do Patrimônio Líquido	Capital social	Reservas Legal	Reservas de lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 de março de 2024	56.250	429	1.156		57.835
Aumento de capital social com reserva de lucros	1.150		(1.150)		-
Lucro líquido do exercício				9.246	9.246
Transferência para Reserva Legal		462		(462)	-
Dividendos obrigatórios				(2.196)	(2.196)
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros			6.588	(6.588)	-
Em 31 de março de 2025	57.400	891	6.594	-	64.885
Lucro líquido do exercício				10.713	10.713
Transferência para Reserva Legal		536		(536)	-
Dividendos obrigatórios				(2.544)	(2.544)
Dividendos pagos no ano			(2.804)		(2.804)
Lucro líquido do exercício transferido para reserva de lucros			7.633	(7.633)	-
Em 31 de março de 2026	57.400	1.427	11.423	-	70.250

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	Nota	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		10.713	9.246
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades			
Depreciação	10	1.024	1.024
Caixa gerado nas atividades operacionais		<u>11.737</u>	<u>10.270</u>
 Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	6	(5.817)	(165)
(Aumento) redução de impostos a recuperar	9	51	(40)
(Aumento) redução de estoques	7	(40)	(29)
(Aumento) redução de pagamentos antecipados	8	67	(30)
Aumento (redução) fornecedores	12	7.228	271
Aumento (redução) em salários e férias a pagar	13	(23)	14
Aumento (redução) em impostos e contribuições a recolher	14	142	89
Aumento (redução) em dividendos a pagar	15	348	554
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais		<u>13.693</u>	<u>10.933</u>
 Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Dividendos e Juros sobre o capital próprio pagos	16	(5.348)	(2.196)
Caixa proveniente das atividades de financiamentos		<u>(5.348)</u>	<u>(2.196)</u>
(Redução) aumento no caixa equivalentes de caixa		<u>8.345</u>	<u>8.737</u>
 Demonstração do aumento/redução no caixa e equivalentes de caixa			
Disponibilidades em 1º abril	5	39.076	30.339
Disponibilidades em 31 março	5	<u>47.421</u>	<u>39.076</u>
 Redução/ aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>8.345</u>	<u>8.737</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

J.O. Bioenergia S.A.
Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
1 – RECEITAS		
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23.220	22.491
(=) Total das Receitas, líquida de provisões	<u>23.220</u>	<u>22.491</u>
2 – INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	8.164	8.222
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.079	1.781
(=) Total dos Insumos Adquiridos de Terceiros	<u>10.243</u>	<u>10.003</u>
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	<u>12.977</u>	<u>12.488</u>
3 – DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.024	1.024
ENTIDADE	<u>11.953</u>	<u>11.464</u>
4 – VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
4.1) Receitas financeiras	5.707	3.877
(=) Total recebido por transferência	<u>5.707</u>	<u>3.877</u>
(=) VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (=+4)	<u>17.660</u>	<u>15.342</u>
5 – DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)		
5.1) Pessoal		
5.1.1 – Remuneração direta	803	810
5.1.2 – Benefícios	36	89
5.1.3 – F.G.T.S	55	54
(=) Total do pessoal	<u>893</u>	<u>953</u>
5.2) Impostos, taxas e contribuições (Devidos)		
5.2.1 – Federais (PIS, COFINS, IPI, IRPJ, CSLL, INSS)	3.689	3.007
5.2.2 – Estaduais (IPVA, ICMS)	2.126	2.112
(=) Total de impostos, taxas e contribuições	<u>6.045</u>	<u>5.119</u>
5.3) Remuneração de capitais de terceiros		
5.3.1 – Juros	8	23
(=) Total de remuneração de capital de terceiros	<u>8</u>	<u>23</u>
5.4) Remuneração de capitais próprios		
5.4.1 – Dividendos	2.544	2.196
5.4.2 – Lucros Retidos (*)	8.169	7.050
(=) Total de remuneração de capitais próprios	<u>10.713</u>	<u>9.246</u>
Total da Distribuição do Valor Adicionado	<u>17.660</u>	<u>15.342</u>
(*)Lucros retidos é o Lucro Líquido do Exercício diminuído dos Dividendos.		

J.O. Bioenergia S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios findos em 31 de março de 2026 e 2025
Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Companhia JO Bioenergia S.A. é uma sociedade por ações de capital fechado, subsidiária integral de Usina Santa Lúcia S.A., localizada na Estrada Usina Santa Lúcia, s/nº, Zona Rural, Caixa Postal nº 31, no município de Araras, Estado de São Paulo, tem como atividade a cogeração e comercialização de energia elétrica, gerada a partir de vapor obtido por sua empresa controladora a partir de fontes de biomassa de cana-de-açúcar e matérias-primas complementares, podendo, ainda, praticar outros atos correlatos e afins ao seu objeto social.

A capacidade instalada de geração de energia de superior a 74 MW/h e no exercício findo em 31 de março de 2026 comercializou 63.740 MWh (73.354 MWh na safra 2024/25) de energia.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (International Accounting Standards Board - IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que seguem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mensurados pelos seus valores justos por exigência das normas contábeis.

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS e os CPCs, exige a utilização de determinadas estimativas contábeis essenciais. Além disso, exige que a Administração exerça seu julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. As áreas que envolvem maior julgamento ou complexidade ou que as premissas e estimativas sejam significativas às demonstrações financeiras estão descritas em notas explicativas, quando necessário.

A emissão das demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Diretoria em 12 de junho de 2026. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, exceto pela adoção dos novos pronunciamentos contábeis conforme descrito abaixo.

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante/não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando:

- Se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- For mantido principalmente para negociação;
- Se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o exercício de divulgação;
- Não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o exercício de divulgação;

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, contas garantidas e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses da data da aplicação, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

Ativo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não tinha ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

☐ Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nessa categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendiam caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis eram reconhecidos ao valor justo e subsequentemente contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

☐ Custo amortizado

Incluem-se nessa categoria os ativos financeiros que atendem as seguintes condições: (i) é mantido dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12

meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem caixa e equivalentes de caixa, caixa restrito, os saldos de contas a receber de clientes, saldos com partes relacionadas, demais contas a receber. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são reconhecidos ao valor justo e subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Passivo Financeiro - Classificação

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia não tinha passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio de resultado.

☐ Outros passivos

Estão nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos e financiamentos, serviços a pagar.

O método de juros efetivo era utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva era a taxa que descontava exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Com a adoção do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a Companhia classificou seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Incluem-se nessa categoria saldos a pagar para fornecedores, empréstimos, financiamentos e serviços a pagar.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (incluindo honorários, custo da transação e outros custos de emissão) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos financeiros (Impairment)

O CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros introduziu novo modelo para cálculo das perdas de valores não recuperáveis, substituindo o modelo de perda incorrida pelo método de perda de crédito esperada, que requer o registro da perda estimada no reconhecimento inicial do ativo exposto ao risco de crédito.

Contas a receber

Devido às características do contas a receber da Companhia, sendo elas (i) componente financeiro insignificante, (ii) carteira de recebíveis sem complexidade, e (iii) baixo risco de crédito, a Companhia adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Nesse sentido, para as contas a receber, decorrente da venda de produtos no curso normal das atividades da Companhia, o prazo de recebimento quando inferior a um ano são classificadas no ativo circulante e quando superior no ativo não circulante.

Em 31 de março de 2026 e 2025, a metodologia de cálculo das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos

12 meses. A Companhia concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Companhia realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam ter alguma influência no setor de saneamento e seu histórico de perdas de créditos de liquidação duvidosa, como Produto Interno Bruto (PIB), Taxa de Desemprego e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Depósitos bancários e aplicações financeiras mensuradas pelo custo amortizado

A Companhia analisa as variações nas taxas de investimentos em certificados de depósitos bancários, juntamente com informações de órgãos reguladores sobre as instituições financeiras emissoras. As probabilidades de inadimplência por 12 meses e pelo prazo desses investimentos foram baseadas em dados históricos fornecidos por agências de classificação de risco para cada grau de crédito e foram analisadas em termos de sensibilidade com base nos retornos atuais.

Esses depósitos e aplicações financeiras estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor nas taxas acordadas.

3.4. Receita operacional

Receita de vendas

A receita é reconhecida pela competência de venda de energia de produção própria destinados ao mercado interno quando: (i) o valor dos produtos vendidos é mensurável de forma confiável; (ii) os custos incorridos e/ou que serão incorridos em respeito à transação, podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) no momento da entrega e aceite pelo cliente dos produtos, ou seja, quando os riscos e benefícios foram integralmente transferidos ao cliente.

As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela venda e prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

Em linha com a adoção do CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente, a Companhia reconhece a receita, aplicando as cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.5. Contas a receber de clientes e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de produtos e serviços prestados no curso normal das atividades da Companhia. São classificadas como ativo circulante, exceto quando o prazo de vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço. Nestes casos são classificadas como não circulantes.

A Companhia constitui perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas, considerando as expectativas de perdas futuras em linha com o CPC 47/IFRS 9.

3.6. Estoques

Os estoques de materiais destinados ao consumo e à manutenção das operações são avaliados e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão

classificados no ativo circulante.

Os custos incorridos para suas respectivas acomodações, são contabilizados da seguinte maneira:

- Mercadorias para revenda: custo de aquisição conforme custo médio;
- Matérias primas: custo de aquisição conforme custo médio;
- Embalagens: custo de aquisição conforme custo médio e,
- Produtos acabados e em elaboração: custo dos materiais diretos e mão-de-obra, e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda operacional, após a dedução dos custos estimados para a realização da venda.

3.7. Investimentos

Os investimentos da Companhia são registrados com base no método de custo, sendo inicialmente registrado ao custo de aquisição.

3.8. Imobilizado

O imobilizado compreende as instalações administrativas, as operacionais e de bens móveis, máquinas e equipamentos necessários a operação. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, quando incorridos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado para os ativos qualificáveis quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo existente ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Os reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada de acordo com o método linear para alocar seus custos e os terrenos não sofrem depreciação.

A taxas médias são:

	Taxa média ponderada - %
Construções e benfeitorias	2,86%
Máquinas, aparelhos e equipamentos	2,86%
Móveis e utensílios	9,11%
Outros	2,86%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados pela diferença entre o valor de venda e o saldo residual contábil e são reconhecidos em outras receitas (despesas) operacionais, na demonstração dos resultados.

3.9. Intangível

Os ativos intangíveis são demonstrados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção, neste último caso, para os ativos qualificáveis.

O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

A amortização do ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo estiver totalmente consumido ou baixado, o que ocorrer primeiro.

(a) Licenças de uso de software

As licenças de uso de software são capitalizadas com base nos custos de aquisição e demais custos de implementação.

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil e os gastos associados à sua manutenção são reconhecidos como despesas, quando incorridos.

3.10. Avaliação do valor de recuperação dos ativos não financeiros (*impairment*)

Imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes com vida útil definida são revistos anualmente com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A Companhia não possui ativos com vida útil indefinida e avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada.

3.11. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

3.12. Custos de empréstimos

Custo de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para uso ou venda são capitalizados como parte do custo destes ativos.

Os demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos são juros e outros encargos em que a Companhia incorre em conexão com o empréstimo de recursos, incluindo variação cambial, nos termos descritos a seguir.

A capitalização ocorre durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção, considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização.

Para casos de empréstimos ou financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia os analisa como se fossem tomados em moeda nacional, limitando a capitalização de juros e/ou variação cambial pelo montante que seria capitalizado se fossem feitos no mercado local em linhas de empréstimos e financiamento similares.

3.13. Salários, encargos e contribuições sociais

Os salários, férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos e contribuições sociais correspondentes, são apropriados pelo

regime de competência.

3.14. Provisões, obrigações legais, depósitos judiciais e ativos contingentes

As provisões relativas às ações judiciais são reconhecidas quando: i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação; e iii) o valor possa ser estimado de forma confiável. Se houver diversas obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de recursos ser exigida para a liquidação é determinada ao se considerar a natureza das obrigações como um todo.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que se esperam ser exigidos para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Todavia, a Companhia não reconhece passivos contingentes nas demonstrações financeiras por não esperar que saídas de recursos sejam requeridas. O mesmo ocorre em relação aos ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto, quando praticamente certo.

3.15. Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência do fato gerador. A Empresa acredita que a conservação das fontes de recurso da natureza é o suporte da excelência operacional, sendo assim preza pelo respeito e proteção ao meio ambiente, com programas contínuos para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações, buscando equilibrar possíveis impactos com medidas de controle e gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

3.16. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social do exercício corrente está baseada no lucro tributável do exercício pela sistemática de lucro presumido. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque sua base de cálculo é apurada por percentuais de presunção do lucro tributável para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e para a Contribuição Social sobre o Lucro, baseadas na legislação tributária vigente.

3.17. Tributos sobre receitas

As receitas de venda e revenda de produtos estão sujeitas à incidência do PIS - Programa Integração Social e da COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, pelo regime de competência, calculadas em sua maioria, pelas alíquotas de 0,65% e 3,0%, respectivamente, pelo regime cumulativo devido a opção de sistemática de apuração de lucros pela estimativa real.

3.18. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são substancialmente representadas por juros, atualizações monetárias

resultantes de aplicações financeiras e acordos de parcelamento com clientes, usando o método de taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias decorrentes principalmente de empréstimos, financiamentos, provisões, usando o método de taxa efetiva de juros.

As variações monetárias ativas ou passivas são decorrentes da cobrança ou pagamento a terceiros, conforme requerido por contrato, por lei ou por decisão judicial, reconhecidas pelo regime de competência “*pro rata temporis*”, sendo que as variações monetárias incluídas nos contratos não são consideradas como derivativos embutidos, pois são considerados como índices de correção para o ambiente econômico da Companhia.

3.19. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição, reduzidos de perdas para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável. Os demais passivos são registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros.

3.20. Dividendos

A Companhia realiza a distribuição de dividendos, inclusive de forma desproporcional quando aprovado pelos acionistas, conforme previsto em seu Estatuto Social. Os valores atribuídos aos acionistas são registrados no passivo circulante com contrapartida no Patrimônio Líquido para posterior liquidação.

3.21. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos financeiros decorrentes de operação de longo prazo ou de curto prazo, quando há efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto de mercado da data da transação.

3.22. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e apresentada como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS.

Apesar de a Companhia não estar obrigada a sua elaboração e divulgação, ela entende ser importante sua elaboração e divulgação aos sócios-quotistas, colaboradores e usuários das demonstrações financeiras, para que possam ver o impacto social da distribuição de renda que a Companhia gera.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. A sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (operacionais, outras receitas e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos operacionais, materiais, energia elétrica, serviços de terceiros, outras despesas operacionais e outros) e pelas retenções (depreciação e amortização), e a riqueza recebida em transferência, pelas receitas financeiras. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.23. Conversão de saldos em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico em que a entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é também a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Conversão de moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, quando aplicável, utilizando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os empréstimos e financiamentos que estão relacionados aos ativos imobilizados ou intangíveis em andamento, sendo que as perdas cambiais são reconhecidas em contrapartida do próprio ativo enquanto estiver em andamento, todavia nas demonstrações financeiras dos exercícios apresentados não houve operações dessa natureza.

4. Novas normas e interpretações de normas ainda não efetivas (IFRS/CPC)

Os pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e pelo International Accounting Standards Board ("IASB") são aplicados pela Companhia de acordo com suas respectivas datas de vigência.

Adicionalmente, o IASB continua emitindo novos pronunciamentos e revisões de normas existentes, os quais são incorporados ao arcabouço contábil brasileiro por meio do processo de convergência pelo CPC e entrarão em vigor em exercícios futuros. Os principais pronunciamentos e revisões emitidos até a data de autorização destas Demonstrações Financeiras estão apresentados a seguir:

Pronunciamentos e Revisões Alteração/Aprimoramento Aprovação Vigência

CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio/IAS 21

Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis que exigirão que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda. Aprovação: 05.07.2024; vigência: 01.01.2025.

CPC 48 – Instrumentos Financeiros/IFRS Financial instruments 9 e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros Evidenciação/IFRS 7

O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes. Aprovação: 30.05.2024; vigência: 01.01.2026.

CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis

Substitui o IAS 1 (CPC 26 (R1)) e traz mudanças em relação à apresentação de categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado divulgações sobre medidas de desempenho definidas pela administração. Aprovação: 10.10.2025; vigência: 01.01.2027.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes da adoção dos pronunciamentos e revisões que entrarão em vigor em exercícios futuros, à medida que tais normativos sejam regulamentados pelos órgãos competentes.

Com exceção do CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do

resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração (MPMs), acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Bancos	74	1
Aplicações financeiras	<u>47.348</u>	<u>39.075</u>
Total das Disponibilidades	<u>47.421</u>	<u>39.076</u>
Circulante	47.421	39.076

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas correntes, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras são compostas por aplicações automáticas do saldo disponível na conta corrente, oferecidas pelo banco Bradesco. Seu rendimento é indexado à taxa de remuneração de 100% a 104% do CDI.

	Controlada	
	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
CDI	<u>47.348</u>	<u>39.075</u>
	<u>47.348</u>	<u>39.075</u>
Circulante	47.348	39.075

A exposição da Companhia a riscos de crédito, taxa de juros e uma análise de sensibilidade relacionados à caixa e equivalentes de caixa é divulgada na Nota Explicativa nº 17.

6. Contas a receber e outros recebíveis

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Cientes e outras contas a receber	<u>6.294</u>	<u>477</u>
	<u>6.294</u>	<u>477</u>
Ativo circulante	6.294	477

No exercício de encerrado em 31 de março de 2026 e 2025, a administração da empresa entendeu não ser necessário a constituição de provisão para perdas, considerando não haver qualquer histórico, na presente data ou de expectativa futura de inadimplência.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

7. Estoques

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Estoques em almoxarifado	83	43
	<u>83</u>	<u>43</u>
Ativo Circulante	83	43

Os estoques referem-se a insumos de uso, consumo e manutenção na operação.

8. Adiantamentos e pagamentos antecipados

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Adiantamento a fornecedores	-	70
Adiantamento a empregados	8	5
	<u>8</u>	<u>75</u>
Ativo circulante	8	75

9. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
IRRF	1	52
	<u>1</u>	<u>52</u>
Ativo circulante	1	52

Os saldos dos Impostos a Recuperar são compostos por imposto de renda retido antecipadamente e/ou creditados de acordo com a legislação vigente.

10. Imobilizado

Movimentação	Construções e benfeitorias	Máquinas, aparelhos e equipamentos	Móveis e utensílios	Outros	Total
Custo ou custo atribuído					
Em 31 de março de 2024	5.100	30.166	30	416	35.712
Adições					-
Baixas					-
Transferências					-
Em 31 de março de 2025	5.100	30.166	30	416	35.712
Adições					-
Baixas					-
Transferências					-
Em 31 de março de 2026	5.100	30.166	30	416	35.712
Depreciação e perdas no valor recuperável					
Em 31 de março de 2024	1.059	5.125	20	93	6.297
Baixas na depreciação					-
Depreciação no período	146	863	3	12	1.024
Em 31 de março de 2025	1.205	5.988	22	105	7.320
Baixas na depreciação					-
Depreciação no período	146	863	3	12	1.024
Em 31 de março de 2026	1.351	6.851	25	117	8.344
Valor contábil					
Em 31 de março de 2024	4.041	25.041	10	323	29.415
Em 31 de março de 2025	3.895	24.177	8	311	28.392
Em 31 de março de 2026	3.750	23.314	5	299	27.368

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Durante o exercício findo em 31 de março de 2026 e 2025 a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos poderiam estar acima do valor recuperável.

11. Ativo Intangível

A Companhia possui ativos intangíveis, softwares de gestão, que são mensurados ao valor aquisição, amortizado pela vida estimada de uso.

	Software
Custo	
Em 31 de março de 2024	14
Em 31 de março de 2025	14
Em 31 de março de 2026	14
Amortização e perdas por redução do valor recuperável	
Em 31 de março de 2024	14
Em 31 de março de 2025	14
Em 31 de março de 2026	14
Valor contábil	
Em 31 de março de 2024	-
Em 31 de março de 2025	-
Em 31 de março de 2026	-

12. Fornecedores e outras contas a pagar

	31/03/2026	31/03/2025
Fornecedores	7.646	418
	7.646	418
Circulante	7.646	418

O saldo com fornecedores é composto basicamente de fornecedores de insumos e bens de consumo.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e a análise de sensibilidade para os ativos e passivos estão apresentadas na Nota Explicativa nº 17.

13. Salários e encargos

	31/03/2026	31/03/2025
Salários e Ordenados	38	30
Gratificações	8	8
Participação no Lucros e Resultados	27	25
13º Salário	8	7
Férias	-	34
	81	104
Circulante	81	104

14. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
IRPJ	415	314
CSLL	158	121
ICMS	18	12
PIS	4	4
COFINS	18	16
INSS	30	30
IRRF	5	6
Retenções de PIS e COFINS	1	1
FGTS	4	6
	<u>653</u>	<u>511</u>
Circulante	653	511

Os saldos referem-se, substancialmente, a tributos correntes apurados sobre as operações da Companhia e a retenções na fonte.

Reforma Tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o Pis e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Em complemento a normatização mencionada, no decorrer do exercício de 2025 foi discutido no Congresso Nacional o PLP nº 108/2024, segunda parte do projeto de regulamentação da Reforma Tributária, vindo a ser aprovada em dezembro 2025 e sancionada em janeiro de 2026 pelo executivo como Lei Complementar 227/2026.

Dessa forma, administração da sociedade está tomando medidas legais e sistêmicas para avaliação dos potenciais impactos e adequação de controles para implementação controles e de sistemas para atendimento das mudanças exigidas pelas novas normas que vigerão progressivamente no período de transição de 2026 a 2032, período no qual, a sociedade deverá conviver em harmonia com os dois sistemas tributários vigentes (antigo e novo). Por fim, ressaltamos que não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

15. Dividendos a pagar

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Dividendos a pagar	2.544	2.196
	<u>2.544</u>	<u>2.196</u>
Circulante	2.544	2.196

16. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social da Companhia, subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 é de R\$ 57.400 (R\$ 57.400 em março de 2025). Está representado por 3.000.000 (3.000.000 em março de 2024) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado.

Ao final do exercício a Companhia apresenta a seguinte composição societária:

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro do Exercício

O lucro do exercício findo em 31 de março de 2026 foi de R\$ 10.713 (R\$ 9.246 em 31 de março de 2025). O lucro líquido em 31 de março de 2026, representou para os acionistas o valor de R\$ 3,57 (R\$ 3,08 em 31 de março de 2025) por ação.

O lucro líquido, em 31 de março de 2026, após a constituição da reserva legal no montante de R\$ 536 (R\$ 462 em 31 de março de 2025) foi colocado à disposição dos acionistas para deliberação sobre sua destinação na assembleia geral, com proposição de destinação pela administração.

Dividendos

Do lucro do exercício, a empresa efetuou o pagamento de dividendos obrigatórios em 31 de março de 2026 o montante de R\$ 2.544 (R\$ 2.196 em 31 de março de 2025). O saldo excedente do lucro será mantido em conta de reserva de lucros no patrimônio líquido para reinvestimento.

A seguir a demonstração da distribuição dos valores de reserva legal e dividendos obrigatórios:

Descrição	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Base de cálculo - representado pelo saldo de lucros acumulados após o lucro líquido do exercício e ajustes no Patrimônio Líquido:	10.713	9.246
(-) Reserva legal	(536)	(462)
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(2.544)	(2.196)
(-) Dividendos adicionais pagos no exercício	(2.804)	-

Reserva de lucros

Os lucros apurados no exercício após a constituição das reservas legais e estatutárias, e após a distribuição de dividendos são reclassificados para a conta de Reserva de Lucros. Por deliberação dos acionistas os saldos disponíveis nesta conta ficarão à disposição dos administradores para reinvestimentos na Companhia e os valores não utilizados, à disposição dos acionistas para a definição das melhores alternativas para o empreendimento.

17. Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil

Dada a característica dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia, a Administração avalia que os saldos contábeis se aproximam dos valores justos, desta forma os valores justos estão sendo apresentados.

	Valor contábil				Valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31/03/2026					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		74		74	
Aplicações financeiras	47.348			47.348	47.348
Contas a receber e outros recebíveis		6.294		6.294	
Total	47.348	6.368	-	53.715	47.348
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Total	-	-	-	-	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar			7.646	7.646	-
Total	-	-	7.646	7.646	-
	Valor contábil				Valor justo
	Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31/03/2025					
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa		1		1	
Aplicações financeiras	39.075			39.075	39.075
Contas a receber e outros recebíveis		477		477	
Total	39.075	478	-	39.554	39.075
Passivos financeiros mensurados ao valor justo					
Total	-	-	-	-	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo					
Fornecedores e outras contas a pagar			418	418	-
Total	-	-	418	418	-

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2026 e 31 de março de 2025.

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou não realizável.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Riscos operacionais
- Riscos de crédito;
- Riscos de liquidez;
- Riscos de mercado;
- Riscos de taxa de juros; e
- Riscos de câmbio.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área reportam-se regularmente à Diretoria sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam seus papéis e obrigações.

(i) Riscos operacionais

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas, tais como processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de mercado, crédito, liquidez, como aquelas decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamentos.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	31/03/2026	31/03/2025
Caixa e equivalentes de caixa	74	1
Aplicações financeiras vinculadas	47.348	39.075
Contas a receber e outros recebíveis	6.294	477
	53.715	39.554
Circulante	53.715	39.554

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com instituições financeiras que apresentam maior solidez e melhores condições de mercado em relação a taxas e prazos.

Não existe na história da Companhia, registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Além disso, as vendas se dão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, o que possibilita à Companhia interromper entregas a clientes que porventura se apresentem como potencial risco de crédito.

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento das contas a receber de clientes do mercado interno na data das demonstrações financeiras, para as quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável.

A Companhia com os clientes que apresentam histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras, a Companhia procura trabalhar com pagamentos antecipados.

Garantias

A Companhia tem como política não exigir garantia a terceiros.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiro ou com riscos de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza-se de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

		31/03/2026				
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	7.646	7.646	7.646			
	7.646	7.646	7.646	-	-	-
Circulante	7.646					

	31/03/2025					
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	418	418	418			
	418	418	418	-	-	-
Circulante	418					

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e as taxas de juros, têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Riscos de oferta e demanda

A Companhia está exposta aos riscos, em menor grau daqueles decorrentes das flutuações no preço, mas diretamente relacionado a aqueles correlacionados ao volume de produção e comercialização. Quando possível, a Companhia faz a gestão desses riscos, alinhando sua operação a expectativa de volume de produção que espera comercializar. A Administração realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada.

(v) Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexados ao CDI, considerando que se tratará de uma companhia capitalizada e aplicadora de recursos em investimentos conservadores de baixo risco.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	31/03/2026	31/03/2025
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa	74	1
Aplicações financeiras	47.348	39.075

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas. O Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Apreciação das taxas

			31/03/2026					
			Cenário 1 Provável		Cenário 2 25%		Cenário 3 50%	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	47.348	CDI	12,15%	5.753	15,19%	7.191	18,23%	8.629
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>5.753</u>		<u>7.191</u>		<u>8.629</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>1.438</u>		<u>2.876</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - Depreciação das taxas

			31/03/2026					
			Cenário 1 Provável		Cenário 2 (25%)		Cenário 3 (50%)	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	47.348	CDI	12,15%	5.753	9,11%	4.315	6,08%	2.876
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>5.753</u>		<u>4.315</u>		<u>2.876</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(1.438)</u>		<u>(2.876)</u>

(vi) Risco de câmbio

A Companhia está sujeita ao risco de moeda (dólar norte-americano), considerando que sua operação exige e as operações de proteção de caixa para vendas no exterior, todavia em pequena monta e não apresentam saldos nas datas dos balanços. As demais operações, especialmente, empréstimos e financiamentos são realizados em moeda nacional. Dessa forma, análises de sensibilidade ao risco da moeda são dispensáveis para a Companhia.

e. Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Total do passivo	10.925	3.230
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 5)	47.421	39.076
(=) Dívida líquida (A)	(36.496)	(35.847)
Total do patrimônio Líquido (B)	70.250	64.885
Relação dívida líquida / (Caixa Líquido) sobre capital ajustado (A)/(B)	<u>-51,95%</u>	<u>-55,25%</u>

18. Receita Operacional

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de venda de energia elétrica, conforme abertura abaixo:

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Venda de Produtos		
Mercado Interno		
Energia	23.220	22.491
	<u>23.220</u>	<u>22.491</u>
Receita Bruta de Vendas	<u>23.220</u>	<u>22.491</u>
(-) Dedução das vendas	(2.971)	(2.927)
Receita líquida de vendas	<u>20.248</u>	<u>19.564</u>
Custo de Venda dos Produtos	(12.318)	(11.961)
Lucro Bruto	<u>7.931</u>	<u>7.603</u>

19. Despesas operacionais

Corresponde as despesas apropriadas ou rateadas dos centros de custo de serviços e de apoio, bem como, de gastos apropriados como despesas administrativas e comerciais originados da prestação de serviços pelos departamentos operacionais da Companhia.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Gastos Operacionais		
Matéria Prima	7.800	7.593
Salários e encargos	803	810
Materiais diretos	1	623
Serviços Social	36	176
Depreciação e Amortização	1.024	1.024
Outros Gastos	2.654	1.979
	<u>12.318</u>	<u>12.205</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custos	(12.318)	(11.961)
Despesas de vendas	-	(23)
Despesas administrativas e gerais	(285)	(220)
	<u>(12.602)</u>	<u>(12.205)</u>

20. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	31/03/2026	31/03/2025
Rendimentos de Aplicacoes Financeiras	5.707	3.877
	<u>5.707</u>	<u>3.877</u>
Despesas financeiras	31/03/2026	31/03/2025
Descontos Concedidos	(5)	(1)
Comissoes e despesas bancarias	(3)	(3)
	<u>(8)</u>	<u>(3)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>5.699</u>	<u>3.874</u>

21. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Taxa efetiva	31/03/2026	31/03/2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.345	11.233
Alíquota fiscal combinada	<u>34,00%</u>	<u>34,00%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	4.537	3.819
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal corrente e Diferido	<u>2.631</u>	<u>1.987</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>19,72%</u>	<u>17,69%</u>

22. Partes relacionadas

Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração são deliberados anualmente em Assembleia e estão registrados no grupo de despesas administrativas, e incluem salários e honorários.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Benefícios a empregados

A Companhia fornece aos seus colaboradores benefícios que englobam basicamente: alimentação, transporte, bolsa de estudos, seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, educação, entre outros.

Transações com partes relacionadas:

As operações abaixo relacionadas com partes relacionadas em condições de mercado.

	<u>31/03/2026</u>	<u>31/03/2025</u>
Ativo circulante		
Contas a receber - USL	6.195	-
Total do ativo circulante	<u>6.195</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>6.195</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		
Contas a pagar - USL	7.593	-
Dividendos a pagar - USL	2.544	2.196
Total do passivo circulante	<u>10.137</u>	<u>2.196</u>
Total do passivo	<u>10.137</u>	<u>2.196</u>
Resultado do exercício		
Vendas da J.O. para USL		
Energia - USL	11.796	11.700
Compras J.O. pela USL		
Cana-de-Açúcar -USL	7.800	7.593
Efeito Líquido das transações	<u>3.996</u>	<u>4.107</u>

Políticas Contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas anteriormente de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

23. Compromissos de venda de energia elétrica

A Companhia possui contratos de fornecimento de energia de 20.148MW, o contrato iniciado em fevereiro de 2021 tem duração de 25 anos (até dezembro de 2045), e o excedente da energia gerada é comercializada no mercado spot. Esse volume spot poderá ser comercializado por sua investida, Copersucar que firmou com a Newcom a criação de uma joint venture que terá controle compartilhado e atuará de maneira independente na compra e venda de energia elétrica, de olho nas sinergias entre o Mercado Livre de Energia e o setor sucroenergético.

24. Arredondamento de valores

Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação em milhares de reais, salvo indicação contrária.

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria
Miriam Krug Ometto
Cesar Krug Ometto
Fernando Ometto Zancaner
Rafael Ometto do Amaral

Contador
José de Lima Neto
1SP363229/0-7

* * *